

# Autonomia moral em Jung: uma revisão do conceito nas Obras Completas

Carla CHIARI<sup>1</sup>

Patrícia Unger Raphael BATAGLIA<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, Departamento de Educação e Desenvolvimento Humano. Marília/SP, Brasil.

## Resumo

**Nota:** artigo derivado da dissertação de mestrado de Carla Chiari orientado por Patrícia Unger Raphael Bataglia no PPGE UNESP, campus de Marília “Autonomia e desenvolvimento moral em Crianças - Uma análise teórica sobre as concepções de Piaget e Jung”.

**Conflito de interesses:** As autoras declaram não haver nenhum interesse profissional ou pessoal que possa gerar conflito de interesses em relação a este manuscrito.

**Financiamento:** não se aplica

Este artigo apresentou uma análise sobre a autonomia moral nas obras completas de Carl Gustav Jung, com foco no desenvolvimento da personalidade e nos conceitos de moralidade e autonomia. Embora Jung não tenha sido um teórico da educação, sua teoria oferece importantes *insights* sobre como esses aspectos se desenvolvem no indivíduo. Realizamos uma revisão das Obras Completas de Jung, por meio da qual identificamos que o autor correlaciona a moralidade com o autoconhecimento, sugerindo que a verdadeira moralidade não é imposta externamente, mas surge de dentro do indivíduo, à medida que este integra os aspectos conscientes e inconscientes de sua psique. Encerramos o artigo discutindo como essas ideias podem ser aplicadas no contexto educacional para promover o desenvolvimento moral autônomo. Além disso, refletimos sobre a importância da educação e das interações sociais na construção da autonomia, destacando a relevância dessa abordagem para a formação de indivíduos mais conscientes e autônomos.

## Descritores

moral, autonomia, Jung, Carl Gustav, 1875-1961, educação, desenvolvimento.



Recebido: 17 out 2024; 1ª revisão: 06 jan 2025; 2ª revisão: 10 mar 2025; Aprovado: 20 mar 2025; Aprovado para publicação: 22 jun 2025

## Moral autonomy according to Jung: A review of this concept in Jung's Collected Works

---

### Abstract

This article presents an analysis on moral autonomy in the Collected Works of Carl Gustav Jung, with a focus on personality development and the concepts of morality and autonomy. Although Jung was not an educational theorist, his theory offers important insights into the way these aspects develop in the individual. We performed a review of Jung's Collected Works, discovering the correlation the author makes between morality and self-knowledge, suggesting that true morality is not imposed from outside but arises within the individuals, as they integrate the conscious and unconscious aspects of their psyche. We concluded the article discussing the way these ideas can be applied in an educational context to foster autonomous moral development. Besides, we considered the importance of education and social interaction in the construction of autonomy, highlighting the relevance of this approach for the formation of more aware and autonomous individuals.

### Descriptors

morality, autonomy, Jung, Carl Gustav, 1875-1961, education, development.

## Autonomía moral en Jung: una revisión del concepto en las Obras Completas

---

### Resumen

Este artículo presenta un análisis sobre la autonomía moral en las obras completas de Carl Gustav Jung, con enfoque en el desarrollo de la personalidad y en los conceptos de moralidad y autonomía. Aunque Jung no ha sido un teórico de la educación, su teoría ofrece importantes *insights* acerca de la forma en que esos aspectos se desarrollan en el individuo. Realizamos una revisión de las Obras Completas de Jung, y por medio de ella descubrimos que el autor correlaciona a la moralidad con el autoconocimiento, sugiriendo que la verdadera moralidad no es impuesta externamente, sino que surge desde dentro del individuo, a medida que este integra los aspectos conscientes e inconscientes

de su psique. Concluimos el artículo discutiendo la forma cómo estas idea puede aplicarse en el contexto educativo para promover el desarrollo moral autónomo. Además reflexionamos sobre la importancia de la educación y de las interacciones sociales en la construcción de la autonomía, destacando la relevancia de este abordaje para la formación de individuos más conscientes y autónomos.

### **Descritores**

moral, autonomía, Jung, Carl Gustav, 1875-1961, educación, desarrollo.

## **Introdução**

**O presente artigo** tem como objetivo explorar o tema da autonomia moral nas Obras Completas do psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875–1961). Jung não foi um teórico do campo da educação, tendo abordado temas como a formação da personalidade, o desenvolvimento humano, símbolos e significados, com foco no processo de desenvolvimento do adulto. Ainda assim, podemos identificar contribuições para a área da educação em vários momentos, como mostram Byington (2003), Saiani (2002), Teixeira (2006) e Vergueiro (2009), dentre outros, na maior parte das vezes, tratando das relações professor-aluno no processo de aprendizagem ou na questão dos tipos psicológicos. O presente artigo menciona esses aspectos, mas, antes de tudo, busca identificar a importância da moralidade autônoma na obra de Jung. Apesar de a moralidade e a autonomia não serem os principais temas de sua obra, é possível encontrar várias referências a esses conceitos ao longo de seus escritos. A partir dessa análise, ficou ainda mais evidente a amplitude do trabalho do autor suíço.

Percebeu-se que os escritos de Carl Gustav Jung dialogam de forma significativa com autores da literatura da psicologia moral (Piaget, 1932/1994; Kohlberg, 1984). Essas teorias oferecem valiosas ferramentas de conhecimento para professores, educadores e pais, aplicáveis no cotidiano em busca da construção da autonomia moral.

Vemos na leitura dos autores em tela uma teleologia que aponta para a necessidade de desenvolvermos a consciência e o senso de coletividade, integrando tanto os aspectos conscientes quanto os inconscientes, em um ser livre, inteligente, dinâmico e autônomo, capaz de conviver em sociedade, tomar decisões e assumir a responsabilidade por seus atos e suas consequências. Por outro lado, indivíduos que permanecem inconscientes e heterônomos têm dificuldade de evoluir nos aspectos essenciais de seu desenvolvimento e, por isso, sofrem as consequências dessa limitação.

A moralidade não é aprendida por meio de histórias, mas sim construída a partir de experiências diárias, pelas quais o indivíduo, ao se relacionar com o outro, desenvolve suas crenças e valores, necessitando de um sentido para essas ações. Nos relacionamentos, os conflitos são inevitáveis e eles desempenham um papel fundamental para o crescimento e o desenvolvimento. Estando as autoras deste artigo envolvidas particularmente no ambiente escolar, ressalta-se que os conflitos vivenciados nesse contexto podem estar relacionados a complexos

culturais. É importante que o educador observe e trabalhe com seus alunos a necessidade de compreender o outro, o que é essencial para o desenvolvimento da autonomia, pois envolve, antes de tudo, o respeito mútuo.

Foi realizada uma revisão das obras de Jung, catalogando todas as citações relevantes, numeradas como parágrafos, encontradas em sua coletânea, que é composta por 34 volumes, divididos em 18 partes. Essa revisão permitiu identificar aspectos da moralidade em várias partes da obra de Jung, elucidando seu interesse por esse tema. Em alguns casos, trata-se do uso do termo apenas como uma breve referência a um estado de ânimo ou à moralidade humana em um sentido bastante amplo e, em outros casos, permite uma compreensão da concepção da moral que vai se construindo na obra. O Quadro 1 apresenta as obras selecionadas para o presente estudo, o número do volume, o título da obra, o número de citações e os parágrafos em que alguma referência à moral aparece (Jung, 1921/2013, 1917/2012, 1928/2012, 1940/2013, 1954/2013, 1951/2013, 1957/2013, 1933–1939/2013, 1918–1959/2013).

Em todos esses livros, encontramos citações relacionadas à moralidade; porém, em vista do objetivo deste artigo de discutir aspectos da autonomia moral para o desenvolvimento do indivíduo e sua aplicabilidade nas vertentes educacional e social, excluímos aquelas que tratam das fases de construção dos seus escritos e que são pautadas em conceitos religiosos e sociais, como o período das grandes guerras.

Dessa forma, após a seleção das citações, destacamos as obras referenciadas, principalmente aquelas relacionadas ao processo de construção da teoria da psicologia analítica, considerando os volumes e os contextos históricos e sociais nos quais Jung estava inserido. Não temos a pretensão de esgotar todos os aspectos relativos à moralidade na obra do autor, mas, para fins de desenvolvimento da pesquisa, selecionamos alguns pontos principais de cada obra.

O volume 6 – “Tipos psicológicos” (Jung, 1921/2013) é um marco na obra de Jung, sendo um de seus livros mais conhecidos, pois introduz conceitos que hoje fazem parte do cotidiano, como as atitudes de extroversão e introversão, além das quatro funções psicológicas: pensamento, sentimento, sensação e intuição. Há vários momentos em que Jung aborda a questão da moralidade e da autonomia na obra. Selecionamos uma passagem particularmente interessante:

Somos ainda tão pouco educados que precisamos de leis de fora e um mestre de disciplina, respectivamente um pai, para sabermos o que é bom e para podermos agir corretamente. E por sermos ainda tão bárbaros, é que a confiança nas leis da natureza humana e do caminho humano nos parece um naturalismo perigoso e não ético. Por quê? Porque no bárbaro, sob a fina pele cultural, logo aparece a besta da qual tem medo, e com razão. Mas este animal não será vencido pelo fato de o mantermos enjaulado. **Não existe moralidade sem liberdade.** Quando um bárbaro solta sua besta, isto não é liberdade, mas falta de liberdade. Para poder ser livre, é preciso antes vencer o barbarismo. Isto acontece, em princípio, quando o fundamento e a

força motivadora da moralidade são percebidos e sentidos pelo indivíduo como partes constitutivas de sua própria natureza, e não como limitações que vêm de fora (Jung, 1921/2013, p. 276, para. 400, destaque nosso).

**Quadro 1.** Obras selecionadas de Jung

Volume	Título	Número de ocorrências	Parágrafos
6	Tipos psicológicos	98	20, 27, 28, 63, 110, 112, 159, 165, 183, 193, 204, 206, 211, 281, 312, 316, 317, 318, 337, 378,399,401,431, 433, 438, 453, 479, 518,519, 520, 523, 524, 527, 540, 591, 612, 629, 652, 656, 675, 677, 678, 681, 697, 728, 731, 772, 921, 985,1032, 1033, 1034.
7/1	Psicologia do inconsciente	43	12, 18, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 75, 110, 128, 159 e no Apêndice.
7/2	O eu e o inconsciente	65	202, 218, 224, 237, 240, 264, 281, 286, 289, 296, 307, 319, 332, 333, 394, 401, 402 e no Apêndice.
8/2	A natureza da psique	9	144, 162, 179, 204, 209, 219, 238 e no prefácio.
9/1	Os arquétipos e o inconsciente coletivo	42	53, 59, 60, 61, 66, 72, 76, 77, 84, 135, 177, 189, 225, 236, 243, 261, 277, 288, 399, 410, 420, 449, 453, 479, 480, 619.
9/2	Aion: estudos sobre o simbolismo do si-mesmo	39	14,15, 16, 22, 34, 35, 36, 46, 47, 48, 49,62, 84, 126, 150, 177, 248, 253, 256, 281, 299, 403, 422, 423.
10/1	Presente e futuro	35	499, 507, 510, 511, 516, 522, 524, 529, 534, 536, 555, 559, 563, 569, 570, 572, 573, 574, 577, 578, 586.
10/2	Aspectos do drama contemporâneo	31	402, 403, 406, 408, 409, 410, 412, 418, 423, 428, 433, 440, 442, 451, 460, 463, 472, 475a, 483, 905, 937.
10/3	Civilização em transição	144	3, 5, 20, 32, 108, 162, 181, 186, 187 a, 210, 211, 212, 217, 219, 229, 235, 239, 248, 250, 263, 273, 342, 826, 827, 828, 829, 830, 850, 831, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 840, 841, 843, 844, 845, 850, 855, 856, 857, 869, 870, 871, 872, 877, 898, 962, 966, 1013 e no prefácio.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Nota: o número de ocorrências não coincide com as citações porque em um mesmo parágrafo a palavra moral aparece várias vezes.

Historicamente, a humanidade passou por períodos de barbárie, caracterizados pela ausência de regras e por ações orientadas pelo instinto de sobrevivência. No entanto, Jung sugere que o simples condicionamento a regras externas não resolve o problema da barbárie, já que um indivíduo “enjaulado” por regras coercitivas não é realmente livre e, portanto, não pode desenvolver uma moralidade genuína. Para o autor, a verdadeira moralidade surge apenas quando o indivíduo reconhece, em sua própria natureza, os fundamentos da moralidade. Em outras palavras, é necessário que o indivíduo crie uma autonomia da vontade — o desejo de se conhecer e de se libertar. Aqui, percebemos o conceito de moral (obediência a regras) e de autonomia (reconhecimento da própria natureza, regras internas). Mas, que natureza e que regras internas seriam essas?

A moralidade não é um mal-entendido que um Moisés ambicioso achou no Sinai, mas pertence às leis da vida que se constroem no decorrer normal da vida, como uma casa, um navio, ou qualquer outro instrumento cultural. O fluxo natural da libido, precisamente este caminho do meio, significa uma obediência plena às leis fundamentais da natureza humana e dificilmente se poderá erigir princípio moral mais elevado do que esta concordância com as leis naturais, cuja harmonia orienta a libido para o ótimo vital. (Jung, 1921/2013, p. 275, para. 399).

As regras internas não são fruto de um “nu egoísmo” (Jung, 1921/2013, p. 275, para. 399), são advindas do fluxo da energia psíquica, são universais, ou melhor, são universalizáveis. Aqui é importante apontar uma diferença entre essa compreensão e a dos autores da psicologia moral. Piaget (1932/1994) e Kohlberg (1984) atribuem o universalismo à racionalidade, enquanto Jung coloca a questão na energia psíquica. Quando Jung cita Kant — ponto de partida da psicologia moral, segundo Piaget (1932/1984) e Kohlberg (1984) —, o inclui em um tipo de pensamento introvertido, o que enfatiza a base racionalista da psicologia moral: “Darwin poderia representar o tipo normal do pensamento extrovertido e Kant, o tipo normal do pensamento introvertido” (Jung, 1921/2013, pp. 506, para. 704).

Destacando ainda as obras completas, o volume 7 é dividido em dois livros. No primeiro, “Psicologia do inconsciente”, Jung (1917/2012) apresenta formulações iniciais dos conceitos fundamentais da psicologia analítica, como o inconsciente pessoal e o coletivo, *persona*, *sombra*, *animus* e *anima*. Esses conceitos permeiam toda a sua obra.

No que diz respeito ao processo infantil, a criança é inicialmente mais inconsciente do que consciente. À medida que passa pelo processo de socialização na sociedade, a criança desenvolve-se tanto nos aspectos sociais quanto biológicos e, conseqüentemente, pode começar a desenvolver a consciência, incluindo a moralidade. Por exemplo, uma criança recém-nascida não sabe se deve ou não agredir um animal (aspecto inconsciente), mas, ao crescer, ela aprende que essa ação não é moralmente aceita (trazendo à tona aspectos conscientes).

A moral não nos é imposta de fora, nós a temos definitivamente dentro de nós mesmos, *a priori*; não a lei, mas o ser moral, sem o que seria impossível conviver na sociedade humana. Eis por que a moral é encontrada em todos os níveis da sociedade. É um regulador instintivo das ações, ordenando também a convivência das hordas animais. As leis morais, porém, só têm validade dentro de um grupo de convívio humano. Fora dele, deixam de existir, pois reina, desde sempre, aquela verdade antiquíssima: “homo homini lupus” (o homem é o lobo do homem). À medida que uma cultura se desenvolve, é possível submeter massas humanas cada vez maiores ao domínio de uma mesma moral. No entanto, até hoje foi impossível estabelecer uma lei moral que se impusesse além dos limites da sociedade, isto é, no espaço livre de grupos que não dependem um do outro (Jung, 1917/2012, p. 38, para. 30, destaques do autor).

A moral é aqui definida como um “regulador instintivo de ações”, o que vai ao encontro de um conceito apresentado por Piaget (1932/1994) de invariantes funcionais, que podem ser compreendidas como disposições ou estruturas, *a priori*, construídas em seus conteúdos de acordo com as experiências concretas. Fica claro que o autor está tratando de algo universal em potencial e, ao mesmo tempo, construído pelo agrupamento cultural. Quando trata do cultural, obviamente está se referindo a regras externas aprendidas pelo grupo e não à dimensão individual.

A obra também aborda a questão da autonomia, especialmente em “O eu e o inconsciente”, no volume 7/2. Nessa obra, Jung (1928/2012) explora o inconsciente e reflete sobre a imaturidade psicológica que persiste em muitos indivíduos adultos, que continuam inconscientes em diversos aspectos da vida. Isso leva à submissão a autoridades, regras ou leis externas, resultando em alienação. Jung destaca a importância de superar essa inconsciência e buscar a própria natureza, fazendo escolhas e seguindo caminhos autônomos:

Refiro-me aqui a um problema muito mais significativo do que estas poucas e simples palavras que o exprimem: a humanidade, em sua essência, continua num estado infantil, psicologicamente falando. Essa fase não pode ser omitida. A grande maioria necessita de autoridade, diretriz, lei. Tal fato não pode ser negligenciado. A superação paulina da lei só serve para aqueles que são capazes de pôr a alma no lugar da consciência moral (Jung, 1928/2012, p. 134, para. 401).

Outro aspecto importante é o conceito de *Self*, que pode ser entendido como o si mesmo. O termo refere-se a um conjunto complexo de fenômenos psíquicos presentes em todos os indivíduos. O *Self* é um processo de autorreflexão do indivíduo sobre sua existência no mundo. A partir dessa prática, aspectos inconscientes, até então desconhecidos e não delimitados, podem ser integrados à consciência.

Frequentemente, o processo de desenvolvimento do *Self* entra em conflito com as normas morais que o indivíduo internalizou. Nesse caso, surge o dilema, pois,

o indivíduo não pode expressar plenamente seus desejos (*Self*), sem violar as regras morais impostas pela sociedade. Como Jung observa:

O si mesmo pode ser caracterizado como uma espécie de compensação do conflito entre o interior e o exterior. Esta formulação não seria má, dado que o si mesmo tem o caráter de algo que é um resultado, uma finalidade atingida pouco a pouco e através de muitos esforços. Assim, pois, representa a meta da vida, sendo a expressão plena dessa combinação do destino a que damos o nome de indivíduo: não só do indivíduo singular, mas de um grupo, em que um completa o outro, perfazendo a imagem plena (Jung, 1928/2012, p. 135-136. para. 404).

Jung argumenta que o desenvolvimento pleno do *Self* requer o equilíbrio entre os aspectos internos do indivíduo e as exigências externas da moralidade social, resultando em um processo contínuo de individuação.

Quando o indivíduo reflete sobre o encontro com o si mesmo, evidenciado acima como a meta de vida, depara-se com o processo de autonomia e liberdade de ser quem realmente é. Nesse percurso, ele enfrenta seus próprios conflitos – desejos reprimidos devido às leis morais – com o objetivo de priorizar o bem comum em detrimento de seus desejos individuais. Nesse conflito, reconhece sua inferioridade psicológica em relação ao outro, assim como seu egoísmo e a falta de consciência sobre a situação. Essa percepção o torna mais consciente de sua existência, ampliando o seu processo de autoconhecimento. Como consequência, o desenvolvimento da psique é ampliado, promovendo uma integração mais profunda. Segundo Jung (1928/2012, p. 24. para. 218):

A natureza desta inferioridade não seria psicológica, como no caso de uma mutilação orgânica ou de um defeito de nascença, mas sim de uma omissão que gera um ressentimento moral. O sentimento de inferioridade moral indica sempre que o elemento ausente é algo que não deveria faltar em relação ao sentimento ou, em outras palavras, representa algo que deveria ser conscientizado se nos déssemos a esse trabalho. O sentimento de inferioridade moral não provém de uma colisão com a lei moral geralmente aceita e, de certo modo, arbitrária, mas de um conflito com o próprio si mesmo que, por razões de equilíbrio psíquico, exige que o déficit seja compensado. Sempre que se manifesta um sentimento de inferioridade moral, aparece a necessidade de assimilar uma parte inconsciente e também a possibilidade de o fazer.

Dessa forma, o encontro com o si mesmo envolve a integração de conteúdos tanto conscientes quanto inconscientes, o que amplia e desenvolve a psique, tornando-a mais integrada. O eixo entre o eu e o si mesmo orienta o processo de individuação, que é a realização plena do **si mesmo**. O objetivo do processo de individuação é o si mesmo, arquétipo central que impulsiona as grandes

transformações individuais e que constitui o ponto central de toda a psique. O si mesmo envolve todo o sistema psíquico, irradiando sua força e luminosidade.

O volume 8 também é dividido em três partes: “A energia psíquica”; “A natureza da psique”; e “Sincronicidade”. Esse volume (Jung, 1916-1954/2013) é fundamental para a compreensão da psicologia analítica, pois aborda os conceitos de consciente e inconsciente. A psique total, nesse contexto, é regulada por um centro – o si mesmo (ou *Self*) – que mantém um diálogo constante com o centro da consciência, o eu. No que se refere à moral, o volume 8/2, que trata da natureza da psique, traz um elemento importante para o entendimento da autonomia moral que é a etiologia dos complexos, que está “na impossibilidade aparente de aderir à totalidade da natureza humana” (Jung, 1940/2013, p. 30, para. 204). Quando uma parte do que somos é arrancada fora de nós, somos incapazes da autonomia e, nesse caso, são os complexos (parciais e arrancados) que assumem a autonomia.

No volume 9, dividido em dois livros, encontramos “Os arquétipos e o inconsciente coletivo” e “Aion: estudos sobre o simbolismo do si-mesmo” (Jung, 1933-1955/2012-2014). Um dos principais pilares dessas obras é o estudo da infância e do desenvolvimento dos arquétipos e do inconsciente coletivo. No primeiro livro, destacam-se os aspectos da moral e do arquétipo da criança.

Em “Os arquétipos e o inconsciente coletivo”, Jung (1954/2013, p. 241, para. 287) descreve o papel fundamental do novo, do inesperado e do desconhecido no desenvolvimento do indivíduo:

Criança significa algo que se desenvolve rumo à autonomia. Ela não pode tornar-se sem desligar-se da origem: o abandono é, pois, uma condição necessária, não apenas um fenômeno secundário. O conflito não é superado, portanto, pelo fato de a consciência ficar presa aos opostos; por este motivo, necessita de um símbolo que lhe mostre a exigência do desligamento da origem. Na medida em que o símbolo da 'criança' fascina e se apodera do inconsciente, seu efeito redentor passa à consciência e realiza a saída da situação de conflito, de que a consciência não era capaz (destaque do autor).

A criança, no contexto de seu arquétipo, precisa estar viva dentro de nós, integrando os aspectos do inconsciente e da consciência, promovendo a unificação dos opostos. Conforme destacado na citação, é necessário ultrapassar as fases do complexo materno e paterno, permitindo que ambos desenvolvam-se plenamente no indivíduo.

Em “Aion: estudos sobre o simbolismo do si-mesmo” (Jung, 1951/2013) estão os principais estudos de Jung sobre arquétipos e a sombra, que exploraremos a seguir.

A sombra representa os aspectos mais sombrios e repugnantes de nosso ser, que são relegados ao inconsciente por não serem aceitos conscientemente. Quanto mais unilateralmente enxergamos apenas as qualidades que julgamos positivas, mais autônomos tornam-se os conteúdos sombrios, surgindo do inconsciente

onde foram reprimidos. Para Jung, a sombra é “a parte negativa da personalidade, ou seja, a soma das propriedades ocultas e desfavoráveis, das funções mal desenvolvidas e dos conteúdos do inconsciente pessoal” (Jung, 1951/2013, p. 58).

Assim, a sombra reflete os aspectos da personalidade do indivíduo. Segundo Jung (1951/2013, p. 22, para. 14):

A sombra constitui um problema de ordem moral que desafia a personalidade do eu como um todo, pois ninguém é capaz de tomar consciência desta realidade sem dispendar energias morais. Nesta tomada de consciência da sombra, trata-se de reconhecer os aspectos obscuros da personalidade, tais como existem na realidade. Esse ato é a base indispensável para qualquer tipo de autoconhecimento e, por isso, em geral, enfrenta considerável resistência. Embora o autoconhecimento seja um expediente terapêutico, ele frequentemente implica um trabalho árduo que pode se estender por um longo período de tempo.

Jung (1951/2013) também destaca a importância de integrar o par complementar da consciência, o inconsciente. O primeiro passo é olhar para o inconsciente e reconhecer a sombra, que é inicialmente encoberta pela persona – a máscara que usamos para nos proteger do mundo exterior e esconder partes de nós mesmos. Quando temos coragem de olhar para além da persona, começamos a ver os aspectos de nossa personalidade que consideramos malignos, mas que devemos reconhecer e integrar. É lá que reside nossa sombra.

A sombra reflete principalmente o inconsciente pessoal, porém, muitas vezes, é permeada por associações e projeções de elementos arquetípicos coletivos, o que dificulta seu reconhecimento. Como Jung observa (1951/2013, p. 31):

A sombra, porém, é uma parte viva da personalidade e, por isso, busca aparecer de alguma forma. Não é possível anulá-la com argumentos ou torná-la inofensiva através da racionalização. Esse problema é extremamente difícil, pois não desafia apenas o homem como um todo, mas também o alerta sobre sua impotência.

Assim como os conteúdos do inconsciente, a sombra é parte de nós mesmos, mesmo que a neguemos. De acordo com Jung (1962/1986), o autoconhecimento exige a confrontação com esse mal interno. Antigamente, o homem projetava sua sombra em personalidades e objetos coletivos, evitando enfrentar esses aspectos individuais. No entanto, na modernidade, com o advento das tecnologias, o homem se vê cada vez mais solitário, o que o impede de esconder sua sombra na coletividade. Nesse contexto, muitos ainda recorrem aos meios arcaicos de projetar o mal nas pessoas ao redor, negligenciando o poder do mal e relegando-o ao inconsciente, onde se torna autônomo. O homem moderno é chamado a olhar para si mesmo e a confrontar sua sombra. Como Jung afirma (1951/2013, p. 33):

Desde que as estrelas caíram dos céus e nossos símbolos mais altos empalideceram, uma vida secreta governa o inconsciente. É por isso que temos hoje uma psicologia e falamos do inconsciente. Tudo seria supérfluo, e o é de fato, numa época e numa forma de cultura que possui símbolos.

Sanford (1981/1988) ressalta que, ao personificar as forças malignas, o ser humano colocava o mal em uma posição de respeito, bem diferente da visão moderna, que tende a negar a existência do mal interno. Segundo Sanford (1981/1988, p. 25), “nossa visão moderna, materialista e racionalista, nega a existência de deuses e demônios, ignora a realidade da psique e, conseqüentemente, tende a negligenciar o poder do mal”.

Como Jung (1951/2013, p. 23, para. 16) destaca:

Com compreensão e boa vontade, a sombra pode ser integrada à personalidade. Entretanto, certos traços resistem obstinadamente ao controle moral, escapando a qualquer influência. Em geral, essas resistências estão ligadas a projeções que não podem ser reconhecidas como tais, e cujo reconhecimento exige um esforço moral que ultrapassa os limites habituais do indivíduo.

Ao reconhecer a sombra, o indivíduo dá os primeiros passos para se conhecer melhor e integrar os aspectos faltantes de sua personalidade. Isso também leva ao reconhecimento dos aspectos sombrios da *anima* e da *persona*, reduzindo o potencial autônomo desses complexos e, conseqüentemente, evitando projetar suas dificuldades no mundo externo. Esse processo de autoconhecimento promove o alargamento da consciência e a diferenciação do coletivo. Como Jung ressalta (1951/2013, p. 48, para. 46):

O enraizamento do eu no mundo da consciência e o fortalecimento da consciência por uma adaptação o mais adequada possível são de suma importância. Virtudes como atenção, conscienciosidade, paciência sob o ponto de vista moral, e a exata consideração dos sintomas do inconsciente e a autocrítica objetiva são igualmente fundamentais.

Porém, é importante observar que a confrontação com o mal interno nem sempre gera crescimento. Sanford (1981/1988) concorda que, embora o desenvolvimento da vida dependa do reconhecimento da nossa realidade sombria, esse processo precisa ser acompanhado de um desejo genuíno de transformação, caso contrário, não resultará em crescimento individual.

Além disso, embora nos refiramos principalmente aos aspectos negativos da sombra, ela também contém qualidades e potencialidades que são inconscientemente negadas pelo indivíduo. A integração dessas características julgadas negativas pode, muitas vezes, vir acompanhada da descoberta e da integração de qualidades essenciais que também foram reprimidas.

O volume 10 é dividido em quatro partes: “Presente e futuro” (1957); “Aspectos do drama contemporâneo” (1954); “Civilização em transição” (1954) e “Um mito

moderno sobre coisas vistas do céu” (1958). Esse volume reflete o processo histórico que a Europa vivia durante as guerras mundiais. A influência desse contexto é evidente nas reflexões de Jung ao longo do volume, especialmente no que diz respeito à moralidade e à consciência.

Na terceira parte, “Civilização em transição”, Jung (1954/2013) destaca os impactos da Primeira Guerra Mundial e os processos pelos quais a Europa passava. Nesse volume, o autor propõe uma reflexão sobre a consciência moral, trazendo uma perspectiva importante a respeito da ampliação da consciência e de sua relação com a moralidade. Como Jung observa:

Resumindo, gostaria de dizer que a consciência é uma reação psíquica que se pode denominar moral, porque aparece quando a consciência psicológica abandona a trilha dos costumes, da moral (dos *mores*), ou a ela recorre. Portanto, a consciência significa também, em primeiro lugar e na maioria dos casos individuais, uma reação a um desvio real ou suposto do código moral e corresponde, em grande parte, ao medo primitivo do não usual, não costumeiro e, portanto, não "moral". Uma vez que este comportamento é, por assim dizer, instintivo e, no melhor dos casos, apenas em parte resultado da reflexão, pode ainda assim ser moral, mas não pode ter a pretensão de ser ético. Esta qualificação ele só a merece se for reflexivo, isto é, se for submetido a um entendimento consciente. Isto só é possível quando surge uma dúvida fundamental entre dois modos possíveis de comportamento moral, portanto num conflito de deveres. Uma situação dessas só pode ser resolvida quando uma reação moral até então irrefletida for suprimida em favor de outra. Neste caso, o código moral será invocado em vão e o intelecto judicante ficará na situação do burro de Buridan entre os dois feixes de capim. Aqui somente a força criadora do etos, que representa a pessoa inteira, pode dar a decisão final. (Jung, 1954/2013, p. 217, para. 855, destaques do autor).

Jung introduz o conceito da **função transcendente**, que representa a conexão entre os aspectos conscientes e inconscientes da psique. Essa função é crucial para promover a moralidade, pois permite a integração dessas duas dimensões no indivíduo, facilitando o desenvolvimento da autonomia. A função transcendente é, assim, uma força motriz para a organização dos processos de autonomia no ser humano.

Para ampliar essa teoria, é importante destacar os pressupostos teóricos da abordagem junguiana, concentrando-se no desenvolvimento da autonomia, na formação da personalidade e, por fim, nas contribuições de Jung para a educação.

Como seria, então, a autonomia em Jung? Quais são os principais aspectos de sua teoria que podem auxiliar na promoção de indivíduos mais livres e conscientes?

## Autonomia em Jung

Ao observar o desenvolvimento infantil segundo a psicologia Analítica, podemos explorar diversos aspectos importantes, especialmente os relatos que Jung descreveu em seus estudos, destacando experiências de seus pacientes adultos durante a infância, bem como os relatos pessoais. Embora o foco de sua teoria tenha sido o desenvolvimento psíquico na segunda metade da vida, a criança é abordada simbolicamente, como um arquétipo ou uma imagem metafórica. No entanto, também encontramos conceitos significativos sobre a psique infantil.

Jung (1925–1951/2016) revelou que considerava a psique da criança dependente da psique dos pais, imersa na psique coletiva. Mais tarde, após a década de 1940, ele revisou esse conceito, introduzindo a ideia de que o *Self* (si mesmo) já se manifesta na infância, ao contrário de sua visão anterior de que isso só ocorreria na segunda metade da vida.

Para compreender todos os conceitos teóricos relacionados à autonomia propostos por Jung, é importante destacar que o processo de desenvolvimento da autonomia começa nos primeiros anos de vida, evoluindo gradualmente na primeira infância e estendendo-se até a adolescência. Esse processo de desenvolvimento ocorre de maneira consciente, até alcançar a vida adulta.

Helwig et al. (1990) destaca que, conforme as crianças desenvolvem suas competências e habilidades, elas começam a compreender suas escolhas e exercer sua função, de acordo com o que o ambiente oferece. Como Brownell e Kopp (2007, p. 289) afirmam:

Pré-escolares, no entanto, são necessariamente dependentes de seus cuidadores principais, tanto instrumental quanto emocionalmente. A relação de proximidade pode promover competência, o que, em troca, possibilita o posterior desenvolvimento da autonomia.

O processo de socialização, especialmente no ambiente escolar, promove a independência e a autonomia do indivíduo, proporcionando um espaço de socialização, comunicação e promoção de conhecimento. Por meio dos brinquedos e recursos simbólicos, a criança expressa sua personalidade e desenvolvimento, contribuindo para a formação de sua identidade.

Essas manifestações de independência progressiva devem-se também ao uso que a criança faz dos brinquedos como representações simbólicas de ideias e fantasias, facilitando a independência e desenvolvendo as relações sociais por meio de um meio objetivo de comunicação (Fordham, 2001, p. 115).

À medida que a criança avança, suas conquistas e experiências na busca pela autonomia tornam-se evidentes. Ramos e Posternak (2004) introduzem o conceito de "placenta familiar", uma rede de apoio que auxilia na sobrevivência e no desenvolvimento da criança em seu processo de autonomia:

Ao oferecer aos filhos segurança, limites adequados e possibilidades de desenvolvimento, os pais lhes permitem tornar-se indivíduos com forças próprias. A partir dessa “base de lançamento”, que é a família, a criança poderá adquirir outras capacidades que lhe facilitarão a conquista da autonomia e a manterão em seu permanente processo de desenvolvimento (Ramos & Posternak, 2004, p. 163, destaques no original).

Para Jung, o desenvolvimento infantil é um processo gradual de evolução da consciência: "A criança se desenvolve a partir de um estado inicial de inconsciente, semelhante ao dos animais, até atingir uma consciência primitiva e, gradualmente, uma consciência civilizada" (Jung, 1925–1951/2016, p. 78, para. 105).

Ele também aponta que, do ponto de vista psíquico, antes da puberdade, a criança ainda não possui uma individualidade completa:

Pode-se afirmar que, do ponto de vista psíquico, uma criança antes da puberdade ainda não existe. Certamente, quando uma criança de seis anos entra na escola, ainda é, em todos os sentidos, um produto dos pais; ela possui, sem dúvida, uma consciência do “eu” em estado embrionário, mas de maneira alguma é capaz de afirmar sua personalidade. (Jung, 1925–1951/2016, p. 79, para. 107, destaques no original).

Jung enfatiza a importância da educação no desenvolvimento integral da criança, destacando que o processo de ensino não deve se limitar à transmissão de conhecimentos, como também promover a evolução da personalidade total do indivíduo (Jung, 1925–1951/2016).

Ele argumenta que o sucesso do ensino não está nos métodos didáticos modernos, mas sim no relacionamento entre o educador e o aluno:

Desde que o relacionamento pessoal entre a criança e o professor seja bom, pouca importância terá se o método didático corresponde ou não às exigências mais modernas. O êxito do ensino não depende do método. O mais importante não é abarrotar a criança de conhecimentos, mas sim contribuir para que ela se torne um adulto verdadeiro (Jung, 1925–1951/2016, p. 79, para. 107).

Jung (1925–1951/2016) propõe que o processo educacional deve trazer consciência individual e promover a autonomia, observando o indivíduo em sua totalidade. Ele enfatiza que, para educar com eficácia, é necessário que o educador tenha um compromisso consigo mesmo, além de um compromisso com métodos ou técnicas.

Dessa forma, Jung (1925–1951/2016) sugere que a educação deve ajudar a criança a se libertar de sua identidade com a família, tornando-se consciente de si mesma. Sem essa consciência, o indivíduo permanece dependente e tende a imitar os outros, sentindo-se desconhecido e oprimido.

Assim, o processo de desenvolvimento da personalidade e da autonomia afeta profundamente o desenvolvimento educacional, sendo crucial para formar indivíduos livres, conscientes e autônomos.

## Considerações finais

Após uma revisão das obras de Carl Gustav Jung, focamos nos volumes que mais se aproximavam do interesse da pesquisa sobre autonomia, particularmente do volume 5 ao volume 10/3 das Obras Completas. Esses volumes destacam aspectos fundamentais do desenvolvimento da personalidade do indivíduo e incluem os livros nos quais Jung aborda o desenvolvimento da autonomia, da consciência e da responsabilidade pelas próprias ações.

O objetivo deste artigo foi explorar as interseções entre essas teorias para aplicá-las no campo educacional, permitindo o uso desses conhecimentos para o desenvolvimento de indivíduos mais conscientes e autônomos.

O processo educacional, assim como a psicoterapia, pode ser visto como uma reeducação, voltado para o desenvolvimento autônomo. Esse processo capacita o indivíduo a lidar adequadamente com suas fases de desenvolvimento e a buscar sua individualização. A educação pode proporcionar não apenas uma emancipação intelectual e social, como também uma autonomia completa. Acreditar que a escola e os processos educacionais transformam os indivíduos é acreditar na possibilidade de preparar pessoas para conviver em sociedade e, mais importante, para serem indivíduos completos e livres.

A moral autônoma, segundo essas teorias, surge da relação de respeito mútuo, na qual os indivíduos se reconhecem como iguais. Esse respeito mútuo é a arte de governar a si mesmo, considerando sempre o outro, por vontade própria. Não se trata apenas de fazer o que se quer, mas de ponderar o que é melhor para todos ao tomar uma decisão.

Jung (1925–1951/2016) ressalta que o indivíduo começa em um estado inconsciente, incapaz de perceber suas próprias decisões. A partir desse ponto, ele avança para a consciência, quando inicia o processo de escolha e de responsabilização por suas ações. Suas escolhas, inicialmente pautadas no coletivo, progressivamente o levam a buscar seu centro, governando suas próprias decisões e, conseqüentemente, sua vida, no processo de individualização. Piaget (ano/1994) destaca a importância das interações com o ambiente e com os pares, em uma relação cooperativa, como essenciais para que o indivíduo alcance a autonomia moral.

Com este artigo esperamos ter colaborado para promover uma educação que instrui e que também transforma o indivíduo em um ser autônomo e consciente, capaz de viver em harmonia consigo mesmo e com os outros.

## Referências

- Brownell, C. A., & Kopp, C. B. (2007). Transitions in toddler socioemotional development. In C. A. Brownell & C. B. Kopp (Eds.), *Socioemotional development in the toddler years* (pp. 1–40). Guilford Press.
- Byington, C. A. B. (2003). *A construção amorosa do saber*. Religare.
- Fordham, M. (2001). *A criança como indivíduo*. Loyola.
- Helwig, C. C., Tisak, M. S., & Turiel, E. (1990). Children's social reasoning in context: reply to Gabennesch. *Child Development*, 61(6), 2068–2078. <https://doi.org/10.2307/1130860>.
- Jung, C. G. (1986). *Memórias, sonhos, reflexões*. Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1962).
- Jung, C. G. (2012). *O eu e o inconsciente* (OC, Vol. 7/2, pp. 7–81). Vozes. (Trabalho original publicado em 1928).
- Jung, C. G. (2012). *Psicologia do inconsciente* (OC, Vol. 7/1, pp. 1–150). Vozes. (Trabalho original publicado em 1917).
- Jung, C. G. (2013). *Tipos psicológicos* (OC, Vol. 6, pp. 1–616). Vozes. (Trabalho original publicado em 1921).
- Jung, C. G. (2013). *A natureza da psique* (OC, Vol. 8/2, pp. 159–214). Vozes. (Trabalho original publicado em 1940).
- Jung, C. G. (2013). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (OC, Vol. 9/1, pp. 11–50). Vozes. (Trabalho original publicado em 1954).
- Jung, C. G. (2013). *Presente e futuro* (OC, Vol. 10/1, pp. 9–103). Vozes. (Texto original publicado em 1957).
- Jung, C. G. (2013). *Aion: estudos sobre o simbolismo do si-mesmo* (OC, Vol. 9/2, pp. 11–384). Vozes. (Trabalho original publicado em 1951).
- Jung, C. G. (2013). *Aspectos do drama contemporâneo* (OC, Vol. 10/2, pp. 9–395). Vozes. (Textos originais publicados entre 1933 e 1939).
- Jung, C. G. (2013). *Civilização em transição* (OC, Vol. 10/3, pp. 7–272). Vozes. (Textos originais publicados entre 1918 e 1959).
- Jung, C. G. (2016). *O desenvolvimento da personalidade* (OC, Vol. 17, pp. 7–278). Vozes. (Trabalhos originais publicados entre 1925 e 1951).
- Kohlberg, L. (1984). *The psychology of moral development: the nature and validity of moral stages* (Essays on moral development, Vol. 2). Harper & Row.
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. Summus. (Trabalho original publicado em 1932).
- Ramos, A. M., & Posternak, S. (2004). *A placenta familiar*. Casa do Psicólogo.
- Saiani, C. (2002). *Jung e a educação: uma análise da relação professor/aluno*. Escrituras Editora.
- Sanford, J. A. (1988). *Mal: o lado sombrio da realidade* (3a ed., Coleção Amor e Psique). Paulus. (Obra original publicada em 1981).
- Teixeira, M. C. (2006). O "pensamento pedagógico" de Jung e suas implicações para a Educação. *Revista Educação*, (Especial Jung Pensa a Educação), 18-29.

Vergueiro, P. V. (2009). Identidade do professor. *Psicologia Revista*, 18(2), 203–229. Recuperado em 10 de agosto de 2018, de <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/4372/2959>

---

**Minicurrículos:** Carla Chiari – mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp; especialização em Psicologia Analítica Junguiana; graduação em Pedagogia. Psicóloga clínica. Professora e supervisora da pós-graduação da UNIP, São Paulo/SP. *E-mail:* carlachiar@hotmail.com

Patrícia Unger Raphael Bataglia - livre-docência em Desenvolvimento Moral na Criança pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp; doutorado e mestrado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo – USP; graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Docente e pesquisadora do Departamento de Educação e Desenvolvimento Humano e do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Marília/SP. *E-mail:* patricia.bataglia@unesp.br